

## Lições da perda

Rogério L. Furquim Werneck\*

Já faz mais de dois meses que o Senado rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição que asseguraria a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Baixada a poeira levantada pelo longo e ruidoso embate político que precedeu esse desfecho, já se tem perspectiva adequada para análise mais distanciada da decisão do Senado e de seus desdobramentos. É natural que o episódio tenha deixado o governo imerso em reflexões sobre as razões do revés, entregue ao que os anglo-saxões costumam chamar de *soul-searching*. A dúvida é se a cúpula do governo será capaz de extrair dessas reflexões as conclusões e as lições que de fato se impõem.

Não falta em Brasília quem insista em ver a derrota como simples resultado de lamentável descuido do Planalto diante de insidiosa conspiração conservadora, que soube fazer bom uso do oportunismo irresponsável da oposição para tentar empanar o brilho do segundo mandato do presidente Lula. Ainda que se possa concordar com o fato de que o governo se mostrou pouco competente na negociação da votação da emenda no Senado, será lamentável se esta visão primitiva e conspiratória dos fatos acabar prevalecendo no Planalto.

Por difícil que seja, a cúpula do governo precisa entender que os erros que redundaram na derrota que acabou sofrendo no Senado remontam a 2005, quando o Planalto decidiu mudar seu discurso econômico e passar a dar respaldo a um diagnóstico do quadro fiscal que afrontava a lógica e a opinião pública mais bem informada. Não é de hoje que o País vem vivendo um quadro de insustentabilidade fiscal. Desde a primeira metade dos anos 90, os gastos primários dos três níveis de governo vêm-se expandindo ao dobro da taxa de crescimento do PIB. Este processo atravessou os dois mandatos de FHC e vem tendo continuidade nos dois mandatos de Lula. O ajuste fiscal do segundo mandato de FHC, baseado em aumento de carga tributária, não chegou a sustar a expansão desenfreada do gasto público. Mas pelo menos o governo não se cansava de ressaltar que, para impedir que as contas públicas fugissem ao controle, o País teria de enfrentar pesada agenda de reformas na área fiscal.

Este mesmo discurso foi adotado pelo ministro Palocci, no início do primeiro mandato do presidente Lula. No segundo semestre de 2005, os ministros Palocci e Bernardo chegaram a defender de forma muito clara a adoção de um programa de longo prazo para conter a expansão do gasto público. É mais do que sabido, no entanto, que tal proposta encontrou forte resistência dentro do governo e acabou torpedeada por um grupo liderado pela ministra Dilma Rousseff. A substituição do ministro Palocci pelo

ministro Mantega em 2006 selou o abandono definitivo da defesa da necessidade de um ajuste fiscal no governo Lula.

Em 2007, com Lula já reeleito, a preocupação com o ajuste fiscal logo cedeu lugar à defesa peremptória da expansão do gasto público, na esteira do espetacular desempenho de receita tributária propiciado pela combinação da recuperação da economia com o aumento de eficiência da máquina arrecadadora. No início de outubro do ano passado, quando o Lula ainda tinha nada menos do que 39 meses de segundo mandato pela frente, a ministra Dilma Rousseff anunciou com todas as letras, em entrevista à imprensa, que preocupações com contenção de dispêndio haviam sido deixadas para o próximo mandato presidencial. Foi o que bastou para que, em certos segmentos do governo, passasse a ser defendido até mesmo o diagnóstico estapafúrdio de que o ajuste fiscal que de fato interessava ao País era o que fosse capaz de assegurar expansão ainda maior do gasto público.

É nesse quadro de festiva e desabrida comemoração das infindáveis possibilidades de ampliação do gasto público e de total descaso com a elevação persistente da carga tributária, que ganhou força entre a oposição, no Senado, a idéia de negar ao governo acesso tão fácil a recursos fiscais. Não foi surpreendente que a iniciativa tenha afinal contado com sólido apoio da mídia. Ao adotar discurso irresponsável, que deixava mais do que claro que havia abandonado por completo qualquer preocupação com a questão central da difícil agenda fiscal com que se defronta o País, o governo deu à oposição a oportunidade que lhe faltava para se aglutinar em torno de uma causa respeitável e lhe infligir contundente derrota.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.